**DOS PRAZOS PROCESSUAIS**

Classificação dos Prazos: 218 legal; Judicial 1º §; Convencional art. 190.

Tipos: dilatórios ou peremptórios (fatal!)

*Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei.*

*§ 1º Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.*

*§ 2º Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.*

*§ 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. (*regra geral: 5 dias!*)*

*§ 4º Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. (*NOVIDADADE: se o advogado procotocolar antes, não perde prazo!*)*

Prazo: Apenas dias úteis!!! Oba!!!! (não se aplica aos prazos de direito material):

*Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se somente aos prazos processuais*.

OBA: Não há Férias Forenses (art. 93, XII CF/88)

Suspensão dos prazos 20/20 – advogados: oba!!!

*Art. 220. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.*

*§ 1º Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto no caput .*

*§ 2º Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento*.

*Art. 221. Suspende-se o curso do prazo por obstáculo criado em detrimento da parte ou ocorrendo qualquer das hipóteses do art. 313 , devendo o prazo ser restituído por tempo igual ao que faltava para sua complementação.*

*Parágrafo único. Suspendem-se os prazos durante a execução de programa instituído pelo Poder Judiciário para promover a autocomposição, incumbindo aos tribunais especificar, com antecedência, a duração dos trabalhos.*

*Art. 222. Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.*

*§ 1º Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.*

*§ 2º Havendo calamidade pública, o limite previsto no caput para prorrogação de prazos poderá ser excedido*.

*Art. 223. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.*

*§ 1º Considera-se justa causa o evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatári*o.

*§ 2º Verificada a justa causa, o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar.*

*MARINONI – CPC COMENTADO (p. 337): A parte interessada tem o ônus de alegar e provar a justa causa, inclusive já instruindo o seu requerimento com osdocumentos que eventualmente comprovem as suas alegações (STJ, 5.a Turma, REsp 725.831/SP, rel. Min. Félix Fischer, j. 02.08.2005, D]26.09.2005, p. 451). Tem de alegá-la durante o curso do* ***prazo ou nos 5 (cinco) dias subsequentes*** *à cessação do evento que determinou o desatendimento ao prazo, sob pena de preclusão (art. 218, § 3.0 , CPC, STJ, l.aTurma, REsp 732.048/ AL, rel. Min. Luiz Fux,j. 17.10.2006, D] 09.11.2006, p. 256). A parte contrária tem de ser ouvida na sequência no mesmo prazo. Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que assinar. Trata-se de prazo judicial. Não assinalando qualquer prazo, o novo prazo é de 5 (cinco) dias (art. 218, § 3.0 , CPC) (STJ, 3.aTurma,AgRgnoREsp533.852/RJ,rel.Min.Nancy Andrighi,j. 21.06.2005, Dj05.09.2005, p. 398).A decisão que reconhece ou não ajusta causa pode ser atacada na apelação ou nas suas contrarrazões (art.l.009, § 1.0 , CPC).*

*Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.*

*§ 1º Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.*

Exemplo: indisponibilidades sistema TJ-SP:



*§ 2º Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.*

*§ 3º A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.*

**Renúncia exclusivamente em seu favor: (exemplo: transito em julgado!)**

*Art. 225. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.*

**Prazo do juiz impróprio = inexistência de preclusão temporal:**

*Art. 226. O juiz proferirá:*

*I - os despachos no prazo de 5 (cinco) dias;*

*II - as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias;*

*III - as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.*

**Prazo para os servidores “impróprios”:**

*Art. 227. Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.*

*Art. 228. Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que:*

*I - houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei;*

*II - tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.*

*§ 1º Ao receber os autos, o serventuário certificará o dia e a hora em que teve ciência da ordem referida no inciso II.*

*§ 2º Nos processos em autos eletrônicos, a juntada de petições ou de manifestações em geral ocorrerá de forma automática, independentemente de ato de serventuário da justiça.*

**Prazo dobrado para litisconsortes (apenas processos físicos) (não se aplica a autos eletronicos):**

*Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.*

*§ 1º Cessa a contagem do prazo em dobro se, havendo apenas 2 (dois) réus, é oferecida defesa por apenas um deles.*

*§ 2º Não se aplica o disposto no caput aos processos em autos eletrônicos.*

**Prerrogativas:**

*Art. 230. O prazo para a parte, o procurador, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público será contado da citação, da intimação ou da notificação. (não se aplica ao advogado dativo!)*

**Regras especiais:**

*Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:*

*I - a data de* ***juntada*** *aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;*

*II - a data de* ***juntada aos autos do mandado cumprido****, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça;*

*III - a data de* ***ocorrência da citação ou da intimação****, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria;*

*IV - o* ***dia útil seguinte ao fim da dilação*** *assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for* ***por edital****;*

*V - o dia útil seguinte à* ***consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica****;*

*VI - a data de juntada do comunicado de que trata o art. 232 ou, não havendo esse, a data de juntada da carta aos autos de* ***origem devidamente cumprida****, quando a citação ou a intimação se realizar em cumprimento de carta;*

*VII - a* ***data de publicação****, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico;*

*VIII -* ***o dia da carga****, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos, em carga, do cartório ou da secretaria.*

*§ 1º* ***Quando houver mais de um réu, o dia do começo do prazo para contestar corresponderá à última das datas a que se referem os incisos I a VI do caput*** *.*

*§ 2º Havendo mais de um* ***intimado, o prazo para cada um é contado individualmente****.*

*§ 3º Quando o ato tiver de ser praticado diretamente pela parte ou por quem, de qualquer forma, participe do processo, sem a intermediação de representante judicial, o dia do começo do prazo para cumprimento da determinação judicial corresponderá à data em que se der a comunicação.*

*§ 4º Aplica-se o disposto no inciso* ***II do caput à citação com hora certa****.*

*Art. 232. Nos atos de comunicação por carta precatória, rogatória ou de ordem, a realização da citação ou da intimação será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante.*

***PERGUNTAS PRAZOS PROCESSUAIS:***

1-Se o prazo não estiver estabelecido em lei, deverá ser determinado:

 a) pelo acordo entre as partes.

 **b) pelo juiz, de acordo com a complexidade do ato.**

 c) pelo cartório do ofício da respectiva Vara.

 d) pelo escrevente.

Sua resposta foi a letra A mas a resposta certa é a **letra B**. Art. 222, § 1°: Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

2 O prazo processual é contado:

**a) apenas em dias úteis** b) excluindo-se sábados, domingos e feriados.

c) ininterruptamente, não se suspendo nas férias. d) não se computando apenas os feriados.

Sua resposta foi a letra A mas a resposta certa é a **letra B**. Art. 222, § 1°: Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

3 Com anuência das partes, o juiz poderá:

 a) modificar quaisquer prazos. b) reduzir os prazos peremptórios.

 c) modificar os prazos dilatórios. d) modificar quaisquer prazos, sem pagamento adicional de custas.

Sua resposta foi a letra A mas a resposta certa é a **letra B**. Art. 222, § 1°: Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

 4 Findo o prazo, a parte:

 a) não poderá mais praticar o ato.

 b) não poderá mais praticar o ato, salvo se provar que não o realizou por justa causa.

 c) poderá praticar o ato, desde que o faça até 05 dias após o seu vencimento.

 d) poderá praticar o ato, mesmo sem justa causa, se o juiz permitir.

Sua resposta foi a letra A mas a resposta certa é a **letra B**. Art. 222, § 1°: Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

 5 -Em regra, o prazo processual civil é contado:

 a) incluindo-se o dia do início e excluindo o dia do término.

 b) incluindo-se o dia do início, se começar em dia útil, e excluindo o dia do término.

 c) excluindo-se o dia do início e incluindo o dia do término.

 d) excluindo-se o dia do início, se não começar em dia útil, e incluindo o dia do término.

Sua resposta foi a letra A mas a resposta certa é a **letra B**. Art. 222, § 1°: Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

6- Não havendo prazo estipulado em lei ou pelo juiz, o prazo para a prática do ato processual será de:

 a) 10 dias. b) 15 dias. c) 20 dias. d) 05 dias.

Sua resposta foi a letra A mas a resposta certa é a **letra B**. Art. 222, § 1°: Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

7 Quando a parte for o Ministério Público, o prazo:

 a) para se manifestar nos autos é contado em dobro.

 b) para recorrer é contado em quádruplo e para contestar em dobro.

 c) para recorrer é contado em triplo e para contestar em dobro.

 d) para recorrer é contado em dobro e para contestar em triplo.

Sua resposta foi a letra A mas a resposta certa é a **letra B**. Art. 222, § 1°: Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

8Em regra, o juiz proferirá:

 a) os despachos em 05 dias e as decisões interlocutórias em 10 dias.

 b) os despachos em 02 dias e as decisões em 15 dias. c) os despachos em 02 dias e as sentenças em 10 dias.

 d) os despachos em 05 dias e as decisões em 12 dias.

Parabéns! A resposta certa é a **letra A**. Determina o art. 226, do CPC: "O juiz proferirá: I - os despachos no prazo de 5 (cinco) dias; II - as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias; III - as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.

9 Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, o prazo será contado:

a) igualmente para o pólo que possuir apenas uma parte.

b) em triplo. c) em dobro. d) em quádruplo.

Parabéns! A resposta certa é a **letra A**. Determina o art. 226, do CPC: "O juiz proferirá: I - os despachos no prazo de 5 (cinco) dias; II - as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias; III - as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.

10 O advogado que, depois de intimado, não restituir os autos:

a) perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente a metade do salário mínimo.

b) poderá ser preso, por ser considerado depositário infiel.

c) não terá mais vistas aos processos daquele ofício.

d) não terá mais vistas aos processos daquela comarca.

 resposta certa é a **letra A**. Estabelece o art. 234, do CPC: "Art. 234. Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado. § 1o É lícito a qualquer interessado exigir os autos do advogado que exceder prazo legal. § 2o Se, intimado, o advogado não devolver os autos no prazo de 3 (três) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário-mínimo."

11 Analise as afirmações abaixo e assinale a resposta correta:

Será expedida carta: I - rogatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro; II - precatória, para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa; III - arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.

a) As afirmações I e II estão corretas. b) As afirmações I e III estão corretas.

c) As afirmações II e III estão corretas. d) Todas as afirmações estão corretas.

A resposta certa é a **letra D**. Dispõe o art. 237, do CPC: "Art. 237. Será expedida carta: I - de ordem, pelo tribunal, na hipótese do § 2° do art. 236; II - rogatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro; III - precatória, para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa; IV - arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória."

12 Assinale a resposta correta:

a) A carta rogatória poderá ser transmitida por telefone, radiograma ou telegrama.

b) A parte deverá mandar pelo correio a quantia relativa às custas do cumprimento do teor da carta ao juízo deprecado.

c) Executar-se-ão, de ofício, os atos requisitados por meio eletrônico ou de telegrama.

d) Todas as respostas anteriores estão corretas.

a resposta certa **letra C**. Art. 263. As cartas deverão, preferencialmente, ser expedidas por meio eletrônico, caso em que a assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei. Art. 266. Serão praticados de ofício os atos requisitados por meio eletrônico e de telegrama, devendo a parte depositar, contudo, na secretaria do tribunal ou no cartório do juízo deprecante, a importância correspondente às despesas que serão feitas no juízo em que houver de praticar-se o ato.

13 Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender. A sua falta no processo:

a) acarreta a nulidade do processo, não podendo ser convalidada.

b) pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.

c) acarreta a improcedência do pedido.

d) acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito.

a resposta certa é a **letra C**. Art. 263. As cartas deverão, preferencialmente, ser expedidas por meio eletrônico, caso em que a assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei. Art. 266. Serão praticados de ofício os atos requisitados por meio eletrônico e de telegrama, devendo a parte depositar, contudo, na secretaria do tribunal ou no cartório do juízo deprecante, a importância correspondente às despesas que serão feitas no juízo em que houver de praticar-se o ato.

14 A citação poderá ser feita:

a) pelo correio, por edital, por oficial de justiça, pelo escrivão ou chefe de secretaria e por meio eletrônico.

b) apenas por oficial de justiça. c) onde se encontre o réu, até mesmo se este estiver em culto religioso, em qualquer caso. d) ao demente pessoalmente.

Parabéns! A resposta certa é a **letra A**. Assim, veja a redação do Art. 246. Art. 246. A citação será feita: I - pelo correio; II - por oficial de justiça; III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório; IV - por edital; V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.

15A citação será feita pelo correio, exceto:

a) residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência.

b) quando a réu for pessoa de direito público. c) quando a pessoa for incapaz.

 d) Todas as anteriores estão corretas.

A resposta certa é a **letra D**. Dispõe o art. 247, do CPC: "A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do País, exceto:
I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3o; II - quando o citando for incapaz; III - quando o citando for pessoa de direito público; IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência; V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.".

16 Os prazos somente começam a correr:

 a) do dia da intimação. b) do dia útil seguinte ao da publicação.

 c) do dia da expedição do mandado de intimação. d) do dia seguinte da intimação.

 a resposta certa é a **letra B**. De acordo com o art. 224, §3º, do CPC: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.

17 Em regra, as intimações:

 a) efetuam-se a pedido das partes, em processos pendentes. b) efetuam-se a pedido das partes, em processos ainda não pendentes. c) efetuam-se de ofício, em processos pendentes.

d) efetuam-se de ofício pelo juiz, depois de autorizado pela parte interessada.

a resposta certa é a **letra C**. Art. 271, do CPC: "O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário.

18 A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público:

a) sempre será feita pessoalmente. b) pode ser feita pelo correio.

c) será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

d) será feita pessoalmente somente nas ações que versarem sobre direitos indisponíveis.

 a resposta certa é a **letra C**. Dispõe o art. 269, §3º, do CPC: " A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

19 Quando a intimação for realizada em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, o prazo será contado a partir:

a) do aviso de recebimento da carta pelo juízo onde se deverá realizar o ato.

b) da data em que a parte recebeu a intimação para comparecer ao juízo onde se deverá realizar o ato.

c) da data de juntada da carta devidamente cumprida.

d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

 resposta certa é a **letra C**. Segundo art. 231, IV, CPC, - a data de juntada do comunicado de que trata o art. 232 ou, não havendo esse, a data de juntada da carta aos autos de origem devidamente cumprida, quando a citação ou a intimação se realizar em cumprimento de carta;

20 O prazo para interposição de recurso conta-se:

a) da data em que os advogados são intimados da decisão.

b) da data em que o juiz ou tribunal proferir sua decisão.

c) da data em que o cartório juntar aos autos a decisão, sentença ou acórdão.

d) da data em que a parte tomar conhecimento da decisão, da sentença ou do acórdão.

Parabéns! A resposta certa é a **letra A**. Art. 1.003. O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.